



PREVENÇÃO E CIDADANIA NA ESCOLA: UMA ANÁLISE DAS DISCUSSÕES NOS PROJETOS POLÍTICOS-PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARINGÁ-PR

Isabela Quaglia¹, Ana Paula Machado Velho²

RESUMO: Este artigo descreve parte dos resultados de uma dissertação e apresenta os resultados da análise de conteúdo de 13 Projetos Político-Pedagógicos (PPP) de escolas municipais de Maringá-PR, no que diz respeito ao tema prevenção e cidadania na escola. A pesquisa foi feita em abril de 2013, sobre os Projetos de 2012, cedidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) da cidade. Procurou-se perceber como os Projetos abordam temas que vão além da relação lexical com o termo prevenção. Mas estão no contexto do conceito de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), que a saúde envolve não só as questões físicas, mas ambientais e socioeconômicas. Foram analisadas categorias de busca nos tópicos norteadores dos PPP. As categorias de busca foram: prevenção, doença, sexualidade/sexo, violência, drogas e álcool. Entre os resultados, destaca-se a falta de estratégias concretas para promover a saúde nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania, Prevenção, Projeto Político-Pedagógico, Saúde.

1 INTRODUÇÃO

Uma escola que se preocupa em propor discussões sobre temas de Prevenção e Cidadania em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) conhece os principais debates da sociedade contemporânea e se preocupa com as expectativas da sua comunidade.

Segundo Pelicioni e Torres (1999, p.9), pensar neste modelo de escola é “programar políticas práticas e outras medidas que se referem à autoestima dos indivíduos, à provisão de múltiplas oportunidades para seu sucesso e ao reconhecimento de bons esforços e iniciativas, bem como de realizações pessoais”. Em outras palavras, a escola oferece instrumentos para que o sujeito se aproprie de informações concretas, tornando-se um cidadão reflexivo na sociedade em que atua. Porém, a quantos indivíduos está assegurado o direito de se construir como sujeito e atuar na sociedade como cidadão crítico e reflexivo por meio de uma escola promotora da saúde? As unidades educacionais da cidade de Maringá-PR estão se estruturando por meio dos seus Projetos Político-Pedagógicos como construtoras do conhecimento em saúde?

Para Pelicioni e Torres (1999, p.03) a “promoção da saúde no contexto escolar deve enxergar o ser humano de forma integral e multidisciplinar, considerando-o em seu contexto familiar, comunitário e social”.

Assim como afirmam Collares e Moisés (1987), a educação e saúde trabalham com o mesmo sujeito, o ser humano e também com um mesmo propósito: proporcionar o desenvolvimento do bem-estar.

Partindo deste princípio, trabalhar com o tema prevenção, que engloba uso de drogas, álcool, sexualidade/sexo, violência e doenças relacionadas a esses termos, é uma forma de enfatizar estratégias de redução de danos visando à diminuição de riscos.

Mas, será que isso vem acontecendo no ambiente escolar na cidade de Maringá-PR?

A hipótese desta pesquisa é de que as unidades escolares não estão lidando com o tema prevenção de maneira adequada desde o processo de planejamento das unidades, que se reflete nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP).

Nessa perspectiva, este artigo tem o objetivo de traçar um panorama de como as informações sobre saúde, que possui diferentes determinantes, como prevenção, drogas, violência, sexualidade/sexo, álcool e doenças, aparecem nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá-PR. Afinal, defende-se que ações a favor do movimento de promoção da saúde devem começar a ser planejadas nos Projetos. Será que esses temas constam nos Projetos Político-Pedagógicos das instituições analisadas? Será que a construção de uma escola promotora da saúde está mesmo entre as preocupações das equipes que elaboram esses Projetos?

Para responder a estas questões, foi feita a análise de conteúdo em 13 Projetos de escolas municipais de Maringá-PR. A ideia foi verificar como são implementadas e planejadas as atividades educativas, culturais, políticas, curriculares e extracurriculares, que visam a uma educação de qualidade e à constituição de cidadãos promotores de saúde.

Os problemas da pesquisa já começaram no início do levantamento bibliográfico inicial que sustentou o projeto. A primeira preocupação que se teve foi compreender a legislação que regulava a elaboração dos Projetos.

¹ Mestre em Promoção da Saúde - (linha de pesquisa em Educação e Tecnologias na Promoção da Saúde), Especialista em Educação a Distância e as Tecnologias Educacionais, Graduada em Pedagogia com Bacharelado em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica; Licenciatura em Educação Infantil - anos iniciais do Ensino Fundamental e Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio pela UniCesumar - Centro Universitário Cesumar.

² Pós-doutora em Arte e Tecnologia (LArt), pela Universidade de Brasília (UnB), como bolsista do CNPq. Doutora e mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como bolsista da CAPES. É professora dos programas de pós-graduação em Promoção da Saúde (PPGPS) e Tecnologias Limpas (PPGTL) da UniCesumar, em nível de mestrado.



Porém, as séries iniciais do Ensino Fundamental possuem Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que apenas orientam as decisões e ações dos gestores escolares na sua elaboração e não propõem modelos a serem desenvolvidos. Sabe-se que estes Parâmetros são fruto de políticas públicas, isto é, propostas dos governos da União, dos Estados, dos Municípios para o atendimento de necessidades e demandas advindas da sociedade.

De acordo com Eyng (2010, p.38),

as políticas educacionais são parte do conjunto das políticas públicas que as englobam e tratam das questões relativas ao provimento da educação, seguindo determinações da Constituição Federal, do Plano Nacional de Educação (PNE), da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e de resoluções e leis complementares.

Isso explica quando Veiga (2010, p. 13) apresenta que “o Projeto Político-Pedagógico tem sido objeto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em níveis nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade do ensino”.

Nesse sentido, Vasconcellos (2005), destaca que o Projeto Político-Pedagógico é o plano global da instituição. Para o autor, o documento é entendido como “um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição no processo de transformação” (VASCONCELLOS, 2005, p. 169).

Porém, não há uma diretriz específica para adequação do Currículo da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Há, sim, alguns apontamentos. Essa falta de modelo traz prejuízos ao conteúdo dos Projetos, como será visto mais à frente.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo é parte de uma análise documental, realizada nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá-PR. Para realizar a investigação, definiu-se uma amostra entre as 49 escolas municipais da cidade que ofertam ensino fundamental de 1ª a 5ª ano. As escolas pesquisadas foram definidas por meio de amostra de cotas. Essa definição, conforme Gil (1999) é feita em três fases, (1) classificação da população em função de propriedades tidas como relevantes para o fenômeno a ser estudado; (2) determinação da proporção da população a ser colocada em cada classe, com base na constituição conhecida ou presumida da população e (3) fixação de cotas para cada observador ou entrevistador encarregado de selecionar elementos da população a ser pesquisada, de modo tal que a amostra total seja composta em observância à proporção das classes consideradas (GIL, 1999, p. 104).

Cumprindo os critérios de inclusão, o estudo abrangeu as escolas que apresentaram o maior número de alunos matriculados por região da cidade: norte, sul, leste e oeste. Foram definidas, então, 13 escolas municipais.

A Secretaria Municipal de Maringá (SEDUC) repassou à pesquisadora os Projetos Político-Pedagógicos das escolas para que fosse feita a análise. Destaca-se que documentos oficiais como os PPP constituem-se numa fonte fidedigna de dados, visto que representam oficialmente as escolas, junto à Secretaria de Educação. Coube à pesquisadora selecionar, interpretar e comparar o conteúdo de seu interesse de modo a poder traçar e apresentar as ações das instituições.

Diante de um documento norteador, que não propõe modelos estruturais para a elaboração do PPP, procurou-se perceber algum padrão organizativo nos Projetos escolhidos para a análise aqui proposta. Procedimento importante para que se pudesse sistematizar as observações sobre como o tema saúde se apresenta nas instituições. Porém, e aí surge o segundo problema, não há modelo, padrão e, muito menos, capítulos ou subtítulos que especifiquem as ações de promoção da saúde nos projetos que chegaram às mãos da pesquisadora. Desta forma, a saída da pesquisadora foi apoiar-se na ação realizada pela Secretaria de Educação (SEDUC) que, no ano de 2012, a pedido do Núcleo Regional de Educação (NRE), solicitou que todas as escolas da Rede Municipal de Ensino de Maringá-PR, reelaborassem o seu Projeto Político-Pedagógico. A orientação para a reelaboração dos Projetos foi realizada pelo documento “Orientações para reunião pedagógica nas escolas municipais”, produzido pela Secretaria de Educação, Diretoria de Ensino e Gerência de Ensino de Maringá. Este documento instituiu o “Roteiro para (Re) Elaboração do Projeto Político-Pedagógico”, que norteou a elaboração dos PPP a partir de uma estrutura proposta pelos técnicos da SEDUC e se dividia em diferentes Tópicos Norteadores propostos para a análise, sendo eles: **Organização da Entidade Escolar; Característica da Comunidade Escolar; Princípios Norteadores da Educação; Proposta Curricular que Norteia a Ação do Estabelecimento; Trabalho Sobre a Diversidade Escolar; Complementação Curricular; Avaliação Institucional e; Plano de Ação da Escola.**

Nesse sentido, foi realizada uma exploração nos 13 (treze) Projetos Político-Pedagógicos, procurando identificar os determinantes de saúde pontuados como práticas ou construção de possibilidades em promoção da saúde, realizadas no espaço escolar a partir destes Tópicos.

Foram formuladas hipóteses de quais eram as questões discutidas sobre saúde e seus determinantes nas escolas. Após uma leitura exaustiva do objeto de estudo, houve a necessidade de propor uma delimitação do



tema com abordagem quantitativa, por meio da qual foram determinadas Categorias de busca, para proporcionar uma melhor interpretação do que a escola indicava trabalhar acerca do tema saúde no processo educativo.

As categorias de busca deram suporte ao delineamento da exploração do documento. Bardin (2011, p.147) determina categorias como “rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos”.

As categorias definidas após a exploração da análise nos Tópicos Norteadores para este artigo foram: **prevenção, doença, álcool, sexualidade/sexo, drogas e violência**. A detecção foi realizada utilizando o recurso de busca por palavra por meio do software *Word*, do pacote *Microsoft Office*.

Analisar essas categorias, retiradas dos Tópicos Norteadores dos Projetos Político-Pedagógico é ter a possibilidade de ver a escola como uma instituição que luta em prol da saúde como um espaço privilegiado de intervenções para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida com maior qualidade.

Neste artigo, será analisada parte das categorias propostas para a pesquisa. Aqui serão vistas aquelas que estão contextualmente ligadas ao universo lexical da saúde. A Constituição Brasileira de 1988 afirma que a “saúde é direito de todos e dever do Estado”, portanto, deve ser garantida por políticas sociais e econômicas, reduzindo o risco de doença e promovendo acesso universal e igualitário às ações e serviços em promoção, proteção e recuperação da saúde. A saúde deve ser compreendida como qualidade de vida e não apenas ausência de doenças (BRASIL, 2011, p. 5).

Portanto, a escola também tem a responsabilidade de garantir o direito de cidadania aos seus educandos, buscando apresentar em seus planejamentos iniciativas em promoção da saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 O PERFIL DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS

O município de Maringá-PR, em 2012, tinha dez mil educandos, em cinquenta e sete Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), e dezessete mil educandos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em quarenta e nove Escolas municipais, conforme informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). Foi neste âmbito que se deu o levantamento de dados em 13 Projetos.

Dados apontam a vulnerabilidade na construção de sujeitos sadios neste âmbito de pesquisa, relacionada a “aspectos sociais, políticos e culturais combinados à falta de informação” (BRASIL, 2010).

Portanto, a escola deve oferecer informações e subsidiar a prática em promoção da saúde, abordando questões de prevenção na sua prática cotidiana, ou seja, ela deve incentivar e propiciar condições de discussões para responder os problemas da população.

Abaixo será apresentada a forma como essas discussões são abordadas nos Tópicos Norteadores dos Projetos Político-Pedagógico das escolas pesquisadas. Percebe-se a falta de preocupação das instituições no que diz respeito à informação em saúde.

3.1.1 Tópicos norteadores e o Processo de Cidadania na Escola

O Tópico Norteador **Organização da Entidade Escolar** que está relacionado com a oferta de ensino da instituição, apresenta a estrutura de grupo de trabalho, o histórico do estabelecimento, decretos e resoluções para o seu funcionamento. Inclui a descrição de ações e/ou atividades relativas ao **álcool, às drogas e à prevenção**, que denominamos de categorias, uma vez que elas seriam indicadores da importância dada a esses elementos na promoção da saúde dos alunos. Não se pode esquecer que se registram como categorias para esta pesquisa os seguintes indicadores ou termos: **doença, álcool, prevenção, sexualidade/sexo, droga e violência**.

A categoria **álcool** apareceu 33,33% das ocorrências neste tópico. A escola E.M.L.3 (2012) apresentou o tema como a caracterização da comunidade escolar. Segundo o Projeto Político-Pedagógico da escola, muitos alunos passaram e passam por dificuldades, sendo que muitos deles foram gerados nas drogas, no álcool e na violência doméstica, fatores estes que comprometem, e muito, o desenvolvimento intelectual da criança e a aquisição do conhecimento científico (E.M.L.3, 2012, p.18).

Porém, a escola não relacionou esse fato a discussões que possam transformar a comunidade em que essa escola está inserida, não enfatizou como ela irá articular esse fato com o processo de aprendizagem, visando à redução de riscos a que os alunos desta comunidade estão expostos.

Com 10% das ocorrências, a palavra **droga** foi representada neste tópico. A ênfase dada ao tema foi a base nacional comum que é constituída também pela disciplina “Prevenção ao uso indevido de drogas”, conforme apresentado nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas E.M.O.3 (2012); E.M.N.1 (2012); E.M.O.2 (2012); E.M.N.3 (2012) e E.M.O.1 (2012). A discussão de temas como este em forma de disciplina, demonstra que este assunto se faz relevante, uma vez que a vulnerabilidade está salientada em indivíduos nesta fase escolar.

Em apenas uma escola, ou seja, em 7,69% das ocorrências, a palavra **prevenção** apareceu neste tópico, apresentada na discussão do histórico do estabelecimento, um subitem do tópico Organização da Entidade



Escolar. A escola E.M.L.1 (2012) discorreu sobre um programa que foi implantado pela Portaria Interministerial nº 17/20076 e que, segundo a escola E.M.L.1 (2012),

A Portaria Interministerial nº 17/2007, instituiu o Programa Mais Educação.

tem aumentado a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macro campos: pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde (E.M.L.1, 2012, p.12).

Essas temáticas devem ser socializadas pelo espaço privilegiado de conhecimento em que se constitui a escola. Conhecer a organização, o histórico do estabelecimento e as problemáticas que envolvem a comunidade escolar são possibilitar condições de melhorias na sociedade.

O Tópico Norteador **Princípios Norteadores da Educação** tem como foco a filosofia do estabelecimento, discutindo qual a função social da escola pública e remetendo aos principais objetivos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que discute os princípios epistemológicos; princípios didático-pedagógicos e princípios éticos, políticos e estéticos. Nesse tópico foram encontradas as categorias: **sexualidade/sexo, violência e doença**.

Concepção de: conhecimento, educação, homem, mundo, sociedade, cultura e infância e adolescência. Princípios da Gestão Democrática (articulação escola x comunidade e instâncias colegiadas). Concepção de avaliação.

A categoria **sexualidade/sexo** apresentou maior ênfase, com 47,36% das ocorrências. O destaque foi dado ao Artigo 6º, da Resolução nº 7/2010, do CNE/CEB, que afirma que os sistemas de ensino adotarão como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas, os seguintes princípios: I – Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, **sexo**, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (E.M.O.2, 2012, p. 54; E.M.S.1, 2012, p.47; E.M.N.2, 2012, p.53; E.M.L.1, 2012, p.72; E.M.S.3, 2012, p.45; E.M.L.2, 2012, p.80).

Destaca-se, entretanto, que o Artigo refere-se ao conceito de representação biológica do sexo. Nos PPP não foi apresentadas como serão trabalhadas as diferenças relativas às determinações pontuadas pela Resolução.

Outra categoria constatada pela análise foi **violência**, que reuniu 19,60% das ocorrências. Nesta categoria, foi considerada a sociedade atual, que gera desigualdade, como um dos fatores determinantes da violência. O PPP da escola E.M.N.2 (2012, p.35) ponderou sobre essa sociedade, que é “seletiva, competitiva, omissa e não participativa, gerando consequências de violência, desemprego e miséria, o que reflete no ambiente escolar”. A escola E.M.L.2 (2012, p.39) destacou “a crescente onda de violência que assola o mundo, a falta de amor e caridade de uns para com os outros”, como fator gerador de uma sociedade que pode “questionar o sentido ético ou ser complacente para com quem pratica o mal e a violência”.

O PPP da escola E.M.L.4 (2012, p.36) apontou a fase da infância como o melhor momento da vida e discutiu que “nem sempre é deste modo que a infância é vivida por todas as crianças. Basta olhar ao redor, para vermos meninos e meninas na rua, esmolando, se prostituindo, sendo explorados no trabalho, sofrendo violências de todos os tipos”.

Porém, em nenhum dos documentos analisados foram encontradas contextualizações que contribuíssem para discussões que tentam dirimir as lacunas da sociedade e quais as contribuições das escolas para saná-las.

Já o termo **doença** aparece apenas uma vez neste tópico com 16,66%, na frase: “infelicidade de desigualdade social, fome, miséria, doenças e outros substantivos desse gênero” (E.M.L.2, 2012, p.38).

Diante da análise desse tópico norteador, considera-se que a escola pública é o lugar onde se deve intensificar a prática dialógica favorecendo discussões e as lacunas do processo de prevenção, ou seja, promover saúde exige formação e informação.

O Tópico Norteador **Proposta Curricular que Norteia a Ação do Estabelecimento** propõe relatar como a Proposta Curricular é organizada, assim como expor os trabalhos realizados pela escola em relação às ações étnicas raciais e à composição do trabalho da equipe multidisciplinar. Neste tópico, as seguintes categorias foram apresentadas: **prevenção, doença, sexualidade/sexo e drogas**.

A palavra **prevenção** foi encontrada treze vezes nos PPP analisados. Nove delas na proposta curricular, representando 69,23%. A escola E.M.N.3 (2012) destacou também a disciplina de ciências, na temática: corpo humano e saúde, especificando:

o conhecimento e compreensão sobre as transformações e principalmente, a integração entre os sistemas que compõem o corpo humano, suas funções de nutrição, relação, regulação e reprodução, bem com as questões relacionadas à saúde e à sua manutenção, caracterizam o campo de estudo deste conteúdo estruturante, cujo princípio é a busca da prevenção (E.M.N.3, 2012, p.60).

A disciplina de ciências é privilegiada na abordagem do tema prevenção, porém, as discussões não refletem sobre a realidade atual e os seus contextos determinantes. Assim como a proposta de trabalho sobre a temática da cultura afro-brasileira, africana e indígena, que tratou a discussão sobre a produção de trabalhos para



a diversidade escolar. Neste contexto, citou-se também como exemplo a prevenção ao uso indevido de drogas, a discussão sobre sexualidade humana, a educação ambiental, a educação fiscal e o enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente.

Constatou-se que (50%) das vezes em que a palavra **doença** foi citada nos PPP foi apresentada nesta categoria e estava atribuída à frase: *saúde não é apenas ausência de doença*. A frase estava estruturada nos conteúdos propostos também na disciplina de ciências. Conforme os projetos das escolas E.M.O.1 (2012, p.85); E.M.N.3 (2012, p. 60) e E.M.S.3 (2012, p 83), “saúde não é apenas ausência de doença, mas envolve o bem estar físico, mental e social. Deste modo, a saúde é uma questão de natureza social, depende do acesso à alimentação, ao vestuário, à moradia e ao lazer”, ou seja, as escolas contextualizam a definição de Saúde segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), mas não evidenciam como trabalhar essa questão como compromisso da escola e como isso influencia a vida do educando.

Com 36,84% a categoria **sexualidade/sexo** é representada neste tópico. Nos Projetos Político-Pedagógicos discute-se a proposta de trabalho referente à diversidade cultural, religiosa, étnico racial, de gênero social e inclusão. A Escola E.M.O.2 (2012, p. 59) apresenta como uma proposta de tema sobre a diversidade escolar “a temática sexualidade humana entre outros que serão trabalhadas ao longo do ano letivo, em todas as disciplinas”. A mesma escola discute que “assume a centralidade das políticas públicas para assegurar as condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos no ensino regular, em igualdade de condições”.

Já o projeto da escola E.M.O.1 (2012, p.33) destacou o Art. 3º da Constituição Federal, que situa, entre os objetivos fundamentais da República, o de “construir uma sociedade livre, justa e solidária, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, porém, não relata como está sendo abordado e trabalhado o uso do conceito e as transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas.

Em 16,66% das ocorrências a palavra **drogas** apareceu neste tópico. A ênfase dada ao tema foi a base nacional comum que é constituída também pela disciplina “Prevenção ao uso indevido de drogas”, conforme apresentado nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas E.M.O.3 (2012); E.M.N.1 (2012); E.M.O.2 (2012); E.M.N.3 (2012) e E.M.O.1 (2012).

É preciso tratar os assuntos relacionados como prevenção da promoção da saúde, como conteúdos com abordagens de maneira ampla. O tema prevenção na Proposta Curricular vai além das discussões que perpassam apenas conteúdos de caráter biológico ele deve possibilitar que o entrosamento ocorra em diferentes disciplinas de forma interdisciplinar.

O Tópico Norteador **Trabalho Sobre a Diversidade Escolar** em que a escola deve se propor a relatar como são trabalhadas as questões de diversidade cultural, religiosa, étnico racial, de gênero, social e, também como é estabelecido o atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais etc, só uma categoria foi apresentada.

As citações que aparecem sobre diversidade escolar, representam 10,52% do total das referências ao tema **sexualidade/sexo**, ou seja, apenas duas das dezenove vezes em que foi encontrada. As E.M.L.3 (2012, p.110) e E.M.L.2 (2012, p.117) destacaram a necessidade de “valorizar a vida e sua qualidade como bens pessoais e coletivos, desenvolver atitudes responsáveis com relação à saúde, à sexualidade e à educação das gerações mais novas”. Neste tópico, que apresenta as discussões que permeiam problemas sociais, era esperado que conceitos de sexualidade e contextos relativos fossem propostos, buscando preencher lacunas da atual sociedade. O Tópico Norteador **Complementação Curricular** propõe descrever programas de parceria e outras estratégias de complementação que a escola desenvolve. Apresentam-se, neste tópico, as categorias: **violência, drogas, álcool, prevenção e doença**.

A palavra **violência** foi destacada neste tópico norteador, com 76,47% das ocorrências. O foco foi centro das discussões sobre projetos, como o Programa Educacional de Resistência à Drogas e à Violência – Proerd10 e o Programa Educação e Paz. O Programa atende alunos de 5º ano e tem como objetivo abordar temas como valorização à vida e da importância de manter-se longe das drogas e da violência. O Programa visa orientar os pais dos alunos sobre a prevenção do uso de drogas e violência. O Programa oferece espaços da escola para desenvolvimento de projetos da comunidade.

O Projeto Político-Pedagógico da escola E.M.O.3 (2012), argumentou que

no contexto desta sociedade valores como solidariedade, respeito à diferenças, generosidade e humildade estão cada vez mais distantes, mas ainda visualizamos uma possibilidade de mudanças; acreditamos que a educação que prime pela não-violência poderá colaborar para resolver problemas sociais emergentes e conseqüentemente para a construção de uma sociedade mais justa e humana, educando para a paz (E.M.O.3, 2012, p. 94).

O documento da escola citada acima ainda abordou a temática como um trabalho que vai além da grade curricular



atualmente a escola, assim como os professores, precisam assumir tarefas que extrapolam a grade curricular, desenvolver nos alunos o senso crítico também implica desenvolver a capacidade de indignar-se diante de qualquer situação de violência física, respeito e valores que permitem estabelecer uma “cultura de paz (E.M.O.3, 2012, p.95).

O PPP da escola E.M.O.2 (2012) aponta que os programas citados acima e o Programa Escola Aberta “privilegiam o conhecimento local, o informal, o saber popular e a cultura regional para a superação do ciclo de exclusão em que está presa a educação, colaborando para a reversão do quadro de violência e a construção de espaços de cidadania”. (E.M.O.3, 2012, p. 94).

O tema também é debatido como enfrentamento da violência contra a criança. Percebe-se que as escolas não realizam esforços em aplicações de ações que vão além de Projetos ou Programas para desenvolver estratégias, que possam apontar redução no enfrentamento de riscos.

Em 63,33% das ocorrências, o termo **drogas** é representado na Complementação Curricular. A palavra foi destaque dezenove vezes dando ênfase ao programa de resistência ao uso de drogas. A escola E.M.S.3 (2012, p. 58) abordou em seu Projeto que o programa tem como “objetivo prevenir e orientar os alunos do 5º ano a ficarem distante das drogas lícitas e ilícitas” e a escola E.M.S.1 (2012, p. 59) complementa que o objetivo do programa também é “reduzir o uso indevido de drogas entre estudantes, bem como ajudar a reconhecerem as pressões e a influência diária para usarem drogas e praticarem a violência e a resistirem a elas”, mas não apresenta como essa temática é articulada entre as disciplinas e nem se realizam outras ações que possam complementar a abordagem dos projetos.

Já as escolas E.M.O.1 (2012) e E.M.O.3 (2012) propõem essa ação como projeto de caráter interdisciplinar para totalizar os dias letivos da instituição. Segundo as escolas, “para complementar a carga horária a fim de totalizar os 200 dias letivos a escola desenvolve os seguintes projetos interdisciplinares visando enriquecer as estratégias de aprendizagem e oportunizar a formação crítica e reflexiva dos educandos, bem como prepará-los para o exercício exemplar da cidadania” (E.M.O.1, 2012, p.125; E.M.O.3, 2012, p.90). Ou seja, a escola utiliza essas ações para complementar as horas que totalizam o ano letivo, esquecendo que discussões desta natureza devem ser integradas nas disciplinas curriculares como recursos essenciais para promover atitudes educativas e de prevenção.

Apesar de ser considerada como problema público, a categoria **álcool**, foi encontrado, apenas três vezes nas análises dos Projetos, sendo que uma única vez abordada no tópico Complementação Curricular o que considerou 33,33% da análise. O termo também foi vinculado à ação de programas de prevenção. Segundo a escola E.M.O.3 (2012), o objetivo de ofertar o programa é “conscientizar acerca da necessidade de tomarem decisões e atitudes corretas frente à violência, resistindo ao uso do álcool e das drogas na busca por uma vida saudável, sempre optando por atividades legais e divertidas, sem drogas e sem violência” (E.M.O.3, 2012, p.91).

Porém, o projeto não compartilha ações que a escola faz para que o programa possa subsidiar o desenvolvimento de competências para a prevenção.

Quanto à referência à categoria **prevenção**, em que a porcentagem foi de 23,07%, nota-se que as escolas, com o incentivo da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) e em parceria com a comunidade, participam durante o ano letivo de programas e projetos que visam o “desenvolvimento, físico, cultural, afetivo, social dos participantes para complementação curricular” (E.M.L.2, 2012, p.18), ou seja, novamente os projetos de prevenção subsidiados em parceria com a sociedade são apresentados como alternativas para intensificar ações para a “prevenção da criminalidade, concorrendo para a diminuição dos índices de violência e criminalidade, especialmente, para a diminuição do uso abusivo das drogas, que vem se caracterizando como flagelo do terceiro milênio” (E.M.L.1, 2012, p.86). Porém, a escola deveria colocar essas discussões em consenso com a rotina da escola, desenvolvendo um trabalho efetivo de cidadania.

Uma única vez a palavra **doença** foi referenciada neste tópico, o que equivale a 16,66% do total. A escola E.M.S.1 (2012) discutiu no projeto que

a preservação do meio ambiente se tornou uma prioridade mundial. Aquecimento global, poluição, doenças respiratórias e de pele, intoxicação, problemas climáticos, são alguns dos problemas que já afetam os seres humanos e que tem piorado a cada ano (E.M.S.1 2012, p. 60). Embora a problemática seja abordada no PPP não há representatividade de como serão trabalhadas essas problemáticas no dia a dia, nem em ações complementares à educação formal.

Pondera-se que as discussões apontadas neste tópico, **Complementação Curricular**, foram na maior parte das ocorrências apenas ações de parcerias. Há poucas discussões em torno de iniciativas de responsabilidade da escola e sua equipe. Isso denota, de certa forma, que as unidades escolares vêm se eximindo de promover ações interdisciplinares e de natureza extracurricular para promover saúde.

Por fim, o Tópico Norteador **Plano de Ação da Escola** relata o planejamento de ações que a instituição está adotando para o desenvolvimento dos alunos. As categorias encontradas foram: **álcool, doença, drogas, sexualidade/sexo e violência**.

A palavra **álcool** representada neste tópico com 33,33% foi encontrada no PPP da escola E.M.L.3 (2012, p.142). A escola apresenta questões de estímulo “a permanente rotina de lavar as mãos com sabão e fazer a



higienização com álcool gel prevenindo assim a transmissão de doenças como a gripe”. Isso é a palavra embora abordada com a questão de prevenção a doenças, não apresenta o contexto do consumo de álcool, também preocupante na sociedade contemporânea.

A categoria **doença** foi contextualizada uma vez ou 16,66%. Compõe a argumentação sobre os procedimentos para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, por meio de ações de prevenção de doenças como, ações de higienização das mãos, não especificando outras preocupações relevantes na especificidade local.

Com 10 % de representatividade, a categoria **drogas** é discutida em uma das escolas como ações de valorização na construção do conhecimento. A escola E.M.S.1 (2012, p. 72) pontua que o objetivo é possibilitar a socialização e integração entre alunos/alunos e alunos/professores por meio de “debate sobre temas informais (relacionamentos, drogas e outros através de manchetes diversas)”.

Apenas 5,26% da frequência da categoria **sexualidade/sexo** estavam relacionados a este tópico. A E.M.N.3 (2012, p. 44) afirmou que “realiza junto às famílias palestras envolvendo os temas: educação de filhos, violência, sexualidade, sobre coordenação da Secretaria da Educação”, num bom exemplo de ação a escola se propõe a contextualizar e valorizar o espaço escolar, convidando a família para debater e participar da construção do exercício da cidadania.

Com apenas 3,92% das ocorrências, a palavra **violência** se apresentou destacada, mais uma vez, a programas de resistência às drogas e à violência, considerando a ação de “responsabilidade da Polícia Militar” E.M.L.3 (2012, p.141).

O plano de ação da escola representa o que a escola se propõe a construir como novas possibilidades de vida social para a comunidade. Por meio de atitudes e reflexões, a proposta é que a equipe pedagógica disponibiliza conhecimentos, ações e meios de possibilitar iniciativas de prevenção e promoção da saúde. Essas atitudes têm que ser incluídas também nos conteúdos curriculares e não serem somente vinculadas a programas ou projetos de responsabilidade da sociedade civil organizada.

4 CONCLUSÃO

Os resultados da análise de conteúdo mostraram, então, que quando se citam as categorias: prevenção, doença, álcool, sexualidade/sexo, drogas e violência nos tópicos norteadores dos Projetos Político-Pedagógicos das 13 escolas estudadas, não se focam especificamente ações que possam efetivamente redundar em melhor qualidade de vida dos educandos e da comunidade escolar. Diante dessa realidade, vê-se que os Projetos Político-Pedagógicos não vêm sendo referência para a promoção da saúde na escola. Pouquíssimos se preocupam em construir um ambiente plural de participação, em que todas as instâncias - família, sociedade e escola – da comunidade escolar possam ter voz e assumir responsabilidade na tarefa de favorecer e fortalecer comportamentos que estimulem e promovam a saúde.

Um detalhe importante a se destacar foi à constatação de que os documentos apresentam frases similares, quase com a mesma estrutura. Isso leva a se pensar que a redação pode ter sido feita mais por obrigação em apresentar o documento à Secretaria de Educação do que por consciência da importância do PPP para a efetividade da ação da escola. É preciso que “a educação contextualizada [...] assuma importância cada vez maior espaço-tempo entre as prioridades socioeducacionais dos cidadãos”, como pontua Veiga (2004, p. 49). E a escola é um das instâncias onde as informações em saúde devem estar em constante discussão de forma ampla e interdisciplinar, em atividades que reúnam toda a comunidade escolar.

Considerando que temas como violência, drogas e sexualidade são questões sociais, de múltiplas causas, a escola é um dos principais caminhos para que essas discussões sejam constituídas, não podendo atribuir essa responsabilidade apenas a programas ou ações externas para finalizar a carga horária do ano letivo. Essas questões devem estar em pauta em todas as discussões vinculadas ao projeto da escola, para que se possa garantir promoção da saúde de forma ampla e preventiva.

É necessário, que se reveja o debate dos temas que envolvem a saúde nas unidades escolares. Sugere-se que as autoridades de educação e saúde comecem, por exemplo, a fornecer modelos mais consistentes a serem seguidos pelos Projetos Político-Pedagógicos, exigindo mais comprometimento das equipes gestoras na produção deste documento. Este precisa, também, ir além das proposições gerais e apontar de forma mais significativa ações concretas que deem conta dos problemas atuais que envolvem a educação. Entre eles, sem dúvida, está a saúde e todos os aspectos que a envolvem.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1ª Edição. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação – Câmara de educação básica. **Resolução n.º 4, de 13 de julho de 2010**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.



BARDIN, Laurence. Ministério da Saúde. **SUS a Saúde no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

COLLARES, A. L., MOISÉS, A.A. **Educação, saúde e formação da cidadania na escola**. Trabalho apresentado no Congresso Nacional de Didática e Prática de Ensino. Recife, 1987.

EYNG, Ana Maria. **Currículo Escolar**. Curitiba: Ibpex, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. PELICIONI, Maria Cecília Focesi; TORRES, André Luis. **Promoção da Saúde: A Escola promotora de Saúde**. Monografia. Departamento em Prática em saúde pública, Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública. São Paulo, 1999.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **E.M.N.1**.Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **E.M.N.2**.Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **E.M.N.3**.Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **E.M.S.1**.Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **E.M.S.2**.Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **E.M.S.3**.Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **E.M.L.1**.Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **E.M.L.2**.Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **E.M.L.3**.Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **E.M.L.4**.Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **E.M.O.1**.Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **E.M.O.2**.Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **E.M.O.3**.Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político – Pedagógico: elementos metodológicos para a elaboração e realização**. 12ª ed. São Paulo: Libertad, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). **Projeto Político – Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 2004.